

Heliane Fernandes da Rocha Santos

**PROGRAMAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS NA UFRJ:
estudo avaliativo sobre permanência e bolsas assistenciais**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Fundação Cesgranrio, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Avaliação

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Lucí Mary Araujo Hildenbrand

Rio de Janeiro
2013

H237p Santos, Heliane Fernandes da Rocha.
Programas de Ações Afirmativas na UFRJ: estudo
avaliativo sobre permanência e bolsas assistenciais /
Heliane Fernandes da Rocha Santos. - 2013.
55 f.; 30 cm.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Lucí Hildenbrand.
Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação) -
Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro, 2013.
Bibliografia: f. 43-47

1. Programas de Ações Afirmativas - Rio de Janeiro
(RJ). 2. Ensino Superior – Rio de Janeiro (RJ). I.
Hildenbrand, Lucí. II. Título.

CDD 342.085981

Ficha catalográfica elaborada por Anna Karla S. da Silva (CRB7/6298)

Autorizo apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial
desta dissertação.

Assinatura

Data

HELIANE FERNANDES DA ROCHA SANTOS

**PROGRAMAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS NA UFRJ: estudo avaliativo sobre
permanência e bolsas assistenciais**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação da Fundação Cesgranrio,
como requisito para a obtenção do título
de Mestre em Avaliação

Aprovada em 4 de novembro de 2013

BANCA EXAMINADORA



Prof^ª. Dr^ª. LUCI MARY ARAUJO HILDENBRAND
Fundação Cesgranrio



Prof^ª. Dr^ª. LIGIA GOMES ELLIOT
Fundação Cesgranrio



Prof^ª. Dr^ª. ANGELA ROCHA DOS SANTOS
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Eu tenho pressa
E tanta coisa me interessa
Mas nada tanto assim.

(Leoni e Bruno Fortunato)

Dedico esta dissertação à minha família, Ernesto, Mariana, Isabela, Danilo e Lucas, pelos momentos não compartilhados, pelo amor incondicional, pelo incentivo às estrelinhas e por toda a nossa vida.

AGRADECIMENTOS

À Prof.^a Dr.^a Lucí Hildenbrand, por ter escolhido ser educadora, pelo trabalho conjunto na orientação, por sua compreensão, dedicação e paciência em todos os momentos.

À Prof. Dr.^a Ligia Gomes Elliot, pela generosidade em compartilhar seus conhecimentos antes, durante e depois de cada passo.

À Prof.^a Dr.^a Angela Rocha dos Santos, por sua amizade, pela oportunidade e confiança em me oferecer esta tarefa e por seu aceite de fazer parte desta banca.

Ao corpo docente pela troca de conhecimentos e experiências e a todos os funcionários, do Curso de Mestrado Profissional em Avaliação da Fundação CESGRANRIO, que sempre nos tratam com educação, gentileza e competência.

Aos colegas da turma 2012 do Mestrado em Avaliação da Fundação Cesgranrio, foi muito bom conviver e aprender com cada um de vocês. Em especial, as “*Best Friends*” – Ana Cristina, Ana Elizabeth e Ana Fragoso, pela união, apoio, risos e choros. Desistir jamais, amizade é pouco.

Aos meus companheiros e amigos do SIGA/UFRJ, Carlos Felipe Resende, Ricardo Storino, Roberto Vieira e Hugo Carneiro, sem os quais este estudo não seria possível.

Aos companheiros e amigos da Coordenação de Acesso, especialmente, à Maria Karla Sollero, Patrícia Regina Santos e Manuel Costa pelo apoio e colaboração e, aos demais pelo incentivo e compreensão dos dias difíceis deste caminhar.

Aos meus amigos Paulo Caetano, Isabel Alencar, Beatriz Resende, André Esteves e Milton Flores, por me incentivarem a dar este passo, por aturarem meu humor variado, o meu abandono neste período, pela amizade de sempre.

Aos amigos da Casa da Ciência da UFRJ com os quais entendi a oração de São Francisco de Assis, amo vocês.

Aos demais amigos e companheiros da UFRJ, os que estão por aqui ou por aí e aos que já partiram, mas que nestes 35 anos de jornada deixaram em mim um pedacinho do todo que me tornei.

Aos meus pais, Helio e Jandyra, pelos exemplos e esforços para me concederem o melhor, por me ensinarem a dar valor ao que se conquista com educação e trabalho, e a cada membro da nossa família, onde o amor é o que nos une.

Ao Ernesto, amor, amigo, namorado, marido, professor, parceiro, companheiro, admirador, incentivador, tudo junto e misturado.

A Deus por ter tanto e a tantos o que agradecer.

RESUMO

O objetivo do presente estudo foi avaliar a integração acadêmica dos discentes beneficiados pelo Programa de Ações Afirmativas, ingressantes em 2011/1º, na Universidade Federal do Rio de Janeiro. O período foi escolhido porque nele ocorreram três modalidades de acesso, diferenciadas para os cursos de graduação, e existiam dados validados em quatro períodos letivos. As questões avaliativas buscaram conhecer e comparar a permanência entre os estudantes ingressantes por meio de vagas de ampla concorrência e os de cota social, e se os últimos foram absorvidos por outros programas de permanência, que permitissem sua inserção na comunidade acadêmica. A avaliação, de cunho formativo, se utilizou da abordagem centrada na administração, uma vez que o processo continua em implantação. A partir do banco de dados do Sistema de Gerenciamento Acadêmico (SIGA/UFRJ), foi realizada a extração das situações acadêmicas dos discentes ingressantes, em 2011/1º, e o acompanhamento deste grupo durante o ciclo básico de graduação de 2011/1º a 2012/2º. Os resultados evidenciaram que os discentes da UFRJ, independente da modalidade de vaga de ingresso, têm comportamento de permanência similar. O Programa de Políticas de Ações Afirmativas revelou-se positivo no período estudado. As políticas de permanência, por meio de distribuição de bolsas, mantiveram os discentes na Instituição. Foi considerado, ainda, que este período é pequeno para oferecer uma estabilidade ou migração do discente cotista para outra forma de auxílio financeiro, que lhe permita elevar a sua permanência na Instituição.

Palavras-chave: Avaliação de permanência e bolsas assistenciais. Programa de Ação Afirmativa na UFRJ.

ABSTRACT

The purpose of this study was to evaluate the academic integration of beneficiary students from the Affirmative Action Program, admitted in 2011/1^o, at Federal University of Rio de Janeiro. The period was chosen because of the existence of three access modes, differentiated for undergraduate courses, and the availability of four semesters validated data. The evaluated questions attempted to know and compare the permanence of admitted students through wide competition and those from social quota, and if the latter were absorbed by other permanence programs, enabling their insertion in the academic community. The evaluation was formative and used an approach based on administration, since the process is still under implementation. From the database of the Academic Management System (SIGA / UFRJ) were taken information on the academic situation of admitted students in 2011/1^o, and monitoring of this group during the undergraduate basic cycle years 2011/1 to 2012/2. The results showed that students at UFRJ, regardless of the modality of access, have permanence similar behavior. The Program of Affirmative Action Policies proved positive during this study period. Permanence policies through the grants distribution retained the students in the institution. It was also considered that this is a short period to provide the quota students with stability or migration to another form of financial support to increase their permanence at the University.

Keywords: Evaluation of permanence and assistance scholarship. Affirmative Action Program at UFRJ.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Discentes matriculados na Seleção UFRJ 2011/1 ^o , por forma de acesso.....	25
Quadro 1	Indicadores de Permanência e Bolsas Assistenciais.....	26
Gráfico 1	Percentual de discentes ativos da UFRJ, por vaga de ingresso no intervalo de 2011/1 ^o a 2012/2 ^o	36
Gráfico 2	Total de discentes evadidos, em percentual, por vaga de ingresso, no período do estudo.....	37
Gráfico 3	Percentual de discentes trancados, por vaga de ingresso no intervalo de 2011/1 ^o a 2012/2 ^o	39

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Situação Geral de Matrícula por vaga de ingresso e bolsa de 2011/1 ^o a 2012/2 ^o	33
Tabela 2	Variação percentual dos discentes ativos, por período e vaga de ingresso.....	34
Tabela 3	Variação percentual dos discentes evadidos, por período e vaga de ingresso.....	36
Tabela 4	Variação percentual dos discentes trancados, por período e vaga de ingresso.....	38

SUMÁRIO

1	A POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS	12
1.1	ORIGEM E EVOLUÇÃO.....	12
1.2	OBJETIVO E JUSTIFICATIVA.....	16
2	AÇÕES AFIRMATIVAS NO CONTEXTO DA UFRJ	18
2.1	OS PROGRAMAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS.....	21
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	23
3.1	ABORDAGEM AVALIATIVA.....	23
3.2	QUESTÕES AVALIATIVAS.....	24
3.3	FONTE DOS DADOS.....	24
3.4.	CATEGORIAS E INDICADORES.....	25
3.4.1	Categorias e indicadores do estudo	25
3.4.2	Decodificação das categorias e indicadores	26
3.5	INSTRUMENTO: SELEÇÃO, CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO.....	29
3.6	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	31
4	RESULTADOS	33
5	CONCLUSÃO	40
	REFERÊNCIAS	43
	APÊNDICES	48
	ANEXO	51

1 A POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS

1.1 ORIGEM E EVOLUÇÃO

Nascida nos anos 60, a expressão Ações Afirmativas teve origem nos Estados Unidos, país que se constitui como importante referência no assunto. Nesta época começaram a serem eliminadas as leis segregacionistas, em função do movimento negro. Lideranças nacionais, apoiadas por liberais e progressistas brancos, exigiam que o Estado, além das leis antissegregacionistas, também assumisse uma postura ativa para a melhoria das condições da população negra. Esta experiência se espalhou por vários países de todo o continente americano, além da Índia, África do Sul e Europa (MOEHLECKE, 2002).

No Brasil, o primeiro registro da discussão referente a Ações Afirmativas data de 1968. Nesta ocasião, técnicos do Ministério do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho manifestaram-se favoráveis à criação de uma lei como solução para o problema da discriminação racial no mercado de trabalho, mas, contudo, a lei não chegou a ser elaborada (SANTOS et al. apud MOEHLECKE, 2002).

A primeira formulação neste sentido foi a do deputado federal Abdias Nascimento, em seu projeto de Lei nº 1.332, de 1983. Nele, propunha uma ação compensatória com mecanismos que beneficiariam o afro-brasileiro. Outras tantas formulações foram realizadas sem publicação ou êxito de inclusão (FIGUEIREDO, 2007).

Com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a base democrática necessária para a fundamentação das políticas públicas é estabelecida. As ações afirmativas passam a ter respaldo na Lei maior e atraem ao debate grandes personalidades jurídicas, além de educadores, sociólogos e outros militantes no assunto. A garantia à igualdade, à segurança e à propriedade, e, ainda, à igualdade de condições para o acesso e permanência na escola são declaradas no conteúdo de artigos da Lei (BRASIL, 1988).

Essencialmente o que se deseja é corrigir desigualdades, sejam elas atuais ou históricas e, ao mesmo tempo, por em prática o princípio da igualdade sem criar um substituto entre as desigualdades existentes e os membros dessa comunidade. Compreender formalmente a igualdade de direitos não é suficiente para dar acesso aos desfavorecidos às oportunidades que desfrutam os socialmente privilegiados. As desigualdades exigem a prática da justiça social.

Somente uma verdadeira e real igualdade entre todos proporcionará uma sociedade justa, “evitando-se assim o aprofundamento e a perpetuação de desigualdades engendradas pela própria sociedade” (FERRAZ, 2005 apud TREVISI, 2009).

A Constituição de 1988 fornece, ainda, os passos efetivos para a introdução de ações afirmativas no Brasil e, assim, o Estado assume a responsabilidade com a redução das desigualdades sociais e a promoção do bem estar de todos, a erradicação da pobreza e de quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 1988).

Segundo Carvalho (CARVALHO, 2003, p. 1), “ação afirmativa é toda política voltada para a correção de desigualdades sociais geradas ao longo do processo histórico de cada sociedade”. Em voto sobre a constitucionalidade de cotas sociais, a Ministra do Supremo Tribunal Federal, Cármen Lúcia Antunes Costa, declarou: “As ações afirmativas não são a melhor opção, mas uma etapa. O melhor seria que todos fossem iguais e livres”, acrescentando que estas ações fazem parte da responsabilidade social e estatal para que se cumpra o princípio de igualdade (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2012b).

Para Gomes (2001, p. 40), as políticas de ação afirmativa podem ser declaradas como:

Um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero e de origem nacional, bem como para corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego.

No âmbito do ensino superior, a aprovação da primeira lei determinando adoção do sistema de cotas raciais e com perfil de Ações Afirmativas foi estabelecida no Rio de Janeiro, e entrou em vigor, para as instituições de ensino superior do Estado, a partir do concurso e seleção de 2002/2003 (RIO DE JANEIRO, 2001).

As distinções entre cotas sociais e raciais têm sido muitas. Uma boa interpretação sobre o assunto é oferecida pelo entendimento do então presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Ayres Britto. Em seu voto, na sessão de 26 de abril de 2012, além de reafirmar a validade das chamadas ações afirmativas,

ênfatiou a distinção entre cotas sociais e cotas raciais. Rechaçando a ideia de que a nação estaria, de alguma forma, pagando pelos erros de seus ancestrais, ao implementar ações afirmativas, ênfatiou: [...] “A nação é uma só, multigeracional. O que fez uma geração pode ser revisto pelas gerações seguintes”. No seu entendimento, a diferença entre políticas afirmativas sociais e raciais fica clara quando se constatam [...] “desigualdades dentro das desigualdades”, pois uma potencializa a outra, exemplificando desigualdade econômica combinada com a racial. Neste sentido, entende que as políticas devem ser diferenciadas, reforçando-se mutuamente umas às outras de forma a permitir às pessoas transitarem em todos os espaços sociais em igualdade de condições, seja na escola, empresa, igreja ou qualquer espaço público. [...] “São políticas afirmativas do direito de todos os seres humanos a um tratamento igualitário e respeitoso” (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2012a).

Como políticas públicas do governo federal, as ações afirmativas tiveram início nas Universidades privadas, a partir do Programa Diversidade na Universidade - PROUNI. (BRASIL, 2005). Nas instituições públicas, com objetivo de ampliar o acesso e a permanência, foi implantado o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI (BRASIL, 2007), que foi seguido de outros planos e programas, sendo o de maior relevância, para este estudo, o Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES (BRASIL, 2010), base legal para a normatização de política assistencial de todo o ensino superior.

A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) iniciou sua participação nas políticas sociais, públicas e de ações afirmativas por meio de iniciativas isoladas de suas unidades. Um exemplo é o Projeto Fundão, que desde 1982, realiza atividades de formação continuada por meio de cursos de capacitação e atualização de professores de ensino médio, cuja maioria beneficiada provém da rede estadual de educação e das áreas de matemática, física e biologia.

Em passado recente, entre os anos 1985 e 1989, a UFRJ fortaleceu esta prática por meio de políticas de extensão, com ações extramuros coordenadas pela Sub-Reitoria de Extensão e Desenvolvimento. Mais de 13 projetos beneficiaram milhares de pessoas do Complexo da Maré e entorno, oferecendo cursos de alfabetização, qualificação profissional e pré-vestibular, além de atendimento básico de saúde, assistência social e direito, com o envolvimento direto e participação conjunta de toda comunidade universitária.

Várias ações iniciadas neste período originaram projetos que até hoje são desenvolvidos ou, a partir destes, permitiram a criação de outros com objetivos similares. Alguns exemplos estão na Escola Politécnica - Núcleo de Solidariedade Técnica/SOLTEC, Projeto Minerva de Inclusão Digital, Escola Municipal de Pescadores/Polo Náutico, todos originários de cursos de graduação e voltados para o desenvolvimento social.

O grande foco das políticas de ações afirmativas, na UFRJ, por diversas administrações, esteve voltado para o atendimento de professores e alunos do ensino médio e fundamental da rede pública do estado do Rio de Janeiro.

O modelo adotado pela Universidade para com estas políticas teve início no conteúdo do Programa de Reestruturação e Expansão da UFRJ, conforme descrito no Módulo III - Ações que contribuam para a Universalização da Educação Superior: discussão e implementação de medidas relacionadas à democratização da Universidade e à elevação de sua eficácia social. Neste Módulo, dentre outros, se destaca a importância da adoção de,

Novos mecanismos de acesso à educação superior; políticas ativas de assistência estudantil e promoção da cidadania acadêmica; políticas ativas de incorporação de grupos discriminados e de pessoas com necessidades especiais (BOLETIM [DA] UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 2007).

Em sessão de 27 de maio de 2010, o Conselho Universitário (CONSUNI) da UFRJ firmou compromisso público com ações que, em curto prazo, criassem efetivas condições para o ingresso e permanência de alunos do ensino público, provenientes de famílias de baixa renda. O critério baixa renda, que antes constou da primeira resolução aprovada, foi retirado, pois, em decisão plenária, deliberou-se que fossem separadas as formas de acesso, ou critérios de ingresso, das políticas de apoio.

Na sessão solene de aprovação desta Resolução, o Reitor, Prof. Dr. Aloisio Teixeira, afirmou:

Não estamos discutindo uma política de permanência em longo prazo; estamos aprovando uma diretriz para o ano de 2011, aprofundando a continuidade da discussão para que cheguemos a uma proposta cada vez mais ampla, mais generosa do que aquela

que aprovamos hoje. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 2010d).

Na história da UFRJ, pela primeira vez, em 2011, foram realizadas três seleções diferentes: concurso de seleção próprio, concurso Teste de Habilidade Específica/Exame Nacional Ensino Médio (THE/ENEM) e seleção via ENEM/Sistema de Seleção Unificada (ENEM/SiSU). Em 2011 foi também o primeiro ano em que a Instituição, aceitou o ENEM como seleção para ingresso, e dividiu, percentualmente, as vagas com o sistema SiSU. A partir dele, deu início ao Programa de Ações Afirmativas, sendo que, das vagas oferecidas para o SiSU, 40% foram para ampla concorrência e 20% para cotas sociais. Ante o ineditismo da situação, a autora, contando com o apoio da Pró-Reitora de Graduação, decidiu realizar estudo de permanência dos alunos cotistas.

Decidiu também fazer o acompanhamento da movimentação (ativo, trancado e evadido) destes discentes, durante quatro períodos consecutivos (2011/1º a 2012/2º), de modo a avaliar não só a permanência dos ingressantes por cota social, mas ainda a sua inserção na comunidade acadêmica, por meio da participação em alguns dos principais programas de ação afirmativa propostos pela Universidade.

1.2 OBJETIVO E JUSTIFICATIVA

O objetivo deste estudo foi avaliar, ao longo de quatro períodos consecutivos, a permanência dos discentes da UFRJ, beneficiados pelos programas de ações afirmativas, ingressantes em 2011/1º, conforme as Resoluções nº 10, 16 e 17 do CONSUNI (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 2010a; 2010b; 2010c).

A necessidade da UFRJ em adequar os meios de acesso e seleção de candidatos aos cursos de graduação da Instituição levou à implementação de políticas de assistência estudantil, inclusivas, sob a forma de programas de Ações Afirmativas. Com isto, buscou atender aos alunos do sistema de educação pública estadual e outros de comprovada dificuldade socioeconômica, instituindo, entre outros, percentual de vagas de cota social e programas de bolsas assistenciais. Todo empreendimento institucional teve o intuito de contribuir para que fossem

asseguradas iguais oportunidades de acesso e permanência aos seus cursos de formação.

A autora, como membro desta comunidade e profissional envolvida com os esforços da Pró-Reitoria de Graduação, sentiu-se mobilizada para avaliar a contribuição dos programas assistenciais para a permanência dos discentes beneficiados.

Em decorrência, espera que os resultados desta avaliação auxiliem os administradores na tomada de decisões relativas a esta questão, no âmbito da Instituição. Em particular, que o estudo avaliativo traga subsídios à Pró-Reitoria de Graduação para rever, se preciso, as normas e planos concernentes à concessão de bolsas e assistência junto àquele segmento da comunidade. Desta forma, a justificativa do presente estudo está atrelada à importância de a Instituição ter acesso a informações que evidenciem o alcance de suas ações nesta instância.

2 AÇÕES AFIRMATIVAS NO CONTEXTO DA UFRJ

A UFRJ, uma das maiores instituições de ensino superior do Brasil, nasceu Universidade do Rio de Janeiro e foi constituída por meio do Decreto 14.343, em 1920, constituída pela reunião de três escolas criadas no início do século XIX, após a vinda da Família Real e da Corte Portuguesa. (OLIVEIRA, [2000]).

Durante o Estado Novo (1937-1945), foi reorganizada como Universidade do Brasil e tinha como missão ser modelo para as instituições universitárias existentes e também para as futuras.

Em 1965, a Universidade do Brasil sofreu nova modificação sendo criada a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Organizada a partir da vinculação das Unidades e Institutos em Centros Acadêmicos, está assim estruturada até hoje. Em 2011, sua comunidade era composta por mais de 37 mil alunos ativos nos cursos de graduação, 9 mil alunos de pós-graduação, 3.500 professores e 10 mil servidores técnico-administrativos.(OLIVEIRA, [2000]).

O CONSUNI é o órgão máximo de função normativa, deliberativa e de planejamento da Instituição nos planos acadêmico, administrativo, financeiro, patrimonial e disciplinar.

A Pró-Reitoria de Graduação (PR-1), que faz parte da administração central, é responsável pela coordenação dos cursos de graduação e execução do acesso à graduação. Por intermédio do Conselho de Ensino de Graduação (CEG), presidido pelo Pró-Reitor de Ensino de Graduação, são deliberadas questões de matéria didática e pedagógica, traçadas as diretrizes para a orientação e normatização das atividades acadêmicas e implementação das linhas de ação, que visem à melhoria da qualidade do ensino. O CEG ainda define a política acadêmica dos cursos, fixando, dentre outras, as normas de ensino e as propostas de formas de ingresso na Instituição. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, [2013]).

A Coordenação Executiva dos Concursos de Acesso aos Cursos de Graduação é uma divisão da PR-1, instituída por Resolução do CEG. Exerce as funções de planejamento, execução e divulgação de todos os atos relativos aos concursos de acesso aos cursos de graduação da UFRJ.

Dentre as finalidades que justificam a missão da Universidade, está a de proporcionar à sociedade brasileira os meios para dominar, ampliar, cultivar, aplicar

e difundir o patrimônio universal do saber humano, capacitando todo seu corpo social para atuar como força capaz de,

Assumir o compromisso com a construção de uma sociedade socialmente justa, ambientalmente responsável, respeitadora da diversidade e livre de todas as formas de opressão ou discriminação de classe, gênero, etnia ou nacionalidade. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 2006, p. 11).

Em consonância ao que rege a Constituição Federal de 1988, ante a responsabilidade social expressa em sua missão e preservando o princípio de igualdade, a UFRJ, por intermédio do seu Conselho máximo, aprovou a Resolução CONSUNI 10/2010 (BOLETIM [DA] UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 2010b).

Uma comissão mista, composta por um representante de cada segmento da comunidade universitária (docente, discente e técnico-administrativo) e dos conselhos deliberativos, foi constituída, com prazo determinado para apresentar um plano de ação. Este plano promoveu amplo debate junto aos Centros Acadêmicos, Unidades e Órgãos Suplementares da Universidade.

Na primeira sessão do mês de agosto de 2010, as ações propostas e colhidas na comunidade foram avaliadas e deliberadas. Nesta ocasião, a Comissão de Acesso aos Cursos de Graduação do CEG apresentou um painel geral do acesso à graduação na UFRJ e no país, revelando que, no ano de 2010, dos quase 74 mil estudantes, que se inscreveram no concurso de acesso à UFRJ, 52% deles concentravam-se em apenas sete das 116 opções de cursos de graduação. Observou também que quatro em cada cinco pessoas, que concluíram o ensino médio, no Rio de Janeiro, eram procedentes da rede pública de ensino e que 54% dos inscritos para a UFRJ, eram oriundos de escolas particulares. Ainda, segundo os dados apresentados, apenas 6,29% dos estudantes que vinham da rede estadual de ensino conseguiram ser aprovados no concurso anterior, em contraposição aos 12,32% advindos de escolas particulares e dos 17,31% da rede pública federal de ensino médio.

Na sessão seguinte, em 19 de agosto de 2010, foi aprovada a Resolução CONSUNI 16 de 2010 (BOLETIM [DA] UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 2010c, p. 2), criando um novo critério de ingresso na graduação da UFRJ

para o ano de 2011. Por meio dela, determinou-se que as vagas fossem assim preenchidas:

- a) 40 % das vagas serão preenchidas por meio de concurso de acesso próprio;
- b) 40% das vagas oferecidas em cada curso serão preenchidas por candidatos selecionados pelo ENEM, através do SISU;
- c) 20% das vagas oferecidas em cada curso serão preenchidas por candidatos selecionados pelo ENEM, através do SISU, e que tenham cursado integralmente o ensino médio em estabelecimentos da rede pública vinculados às Secretarias, Estadual e Municipais de Educação e da Fundação de Apoio à Escola Técnica, do Estado do Rio de Janeiro;
- d) não será cobrada taxa de inscrição pela UFRJ em qualquer uma das modalidades.

Desta forma, foram institucionalizadas as primeiras vagas de cotas sociais para ingresso na Instituição, como políticas de ações afirmativas, conforme estão discriminadas na referida Resolução.

O edital de preenchimento de vagas subsequente à Resolução foi alterado em decorrência de decisão judicial que “determinou que a UFRJ aplicasse a Ações Afirmativas constante na Resolução CONSUNI 16 de 2010 aos estudantes egressos da rede pública de ensino de todo o território nacional”. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 2010d, p. 1).

Para garantir o acesso e permanência de alunos de graduação para o ano de 2011, conforme definido pelo CONSUNI anteriormente, a UFRJ aprovou, em caráter provisório, a Resolução CONSUNI 17 de 2010, indicando que o CEG fizesse o devido detalhamento para fins de implementação. A citada Resolução define as propostas de Ações Afirmativas implantadas na UFRJ da seguinte forma: (BOLETIM [DA] UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 2010e, p. 8):

II – A elaboração de proposta detalhada para as políticas de apoio assistencial aos estudantes que ingressarem na Universidade, tanto em relação à cidadania universitária quanto à garantia de desempenho acadêmico; tais medidas devem instituir, entre outras ações, bolsas de acesso e permanência, meios de transporte gratuito, acesso à rede e disponibilidade de equipamentos de informática, consolidação e ampliação das Comissões de Orientação e Acompanhamento Acadêmico – COAA's, oferta de disciplinas suplementares, de apoio e introdutórias, envolvimento de docentes e estudantes.

2.1 OS PROGRAMAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS

Os programas de ações afirmativas realizados na UFRJ são executados, em sua maioria, pela Superintendência Geral de Políticas Estudantis (SUPEREST). Instituída em 2011, por alteração no Estatuto da Universidade, é subordinada diretamente ao Gabinete do Reitor, e sua missão inclui a responsabilidade pela aplicação das políticas de atendimento e assistência aos discentes. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 2011a).

Tais programas são voltados para o apoio à permanência dos alunos de graduação presencial, com dificuldades socioeconômicas para a realização dos seus cursos. Foram desenvolvidos com base nos objetivos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (BRASIL, 2010, p. 1), objetivando,

- I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação cuja finalidade é a de ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.

Para atender à finalidade do PNAES (BRASIL, 2010) de ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, foram desenvolvidas duas principais ações na UFRJ: a Bolsa Acesso e Permanência, Bolsa Transporte Municipal e Intermunicipal.

A Política de Apoio Estudantil, que garantiu a implementação da Bolsa Auxílio, foi estabelecida por meio da Resolução CEG 01/2008 – Normas de Concessão e Renovação de Auxílio ao Estudante (BOLETIM [DA] UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 2008a, p. 6-7), é decisão anterior às cotas sociais e visa,

Garantir o apoio necessário à plena realização do aluno como universitário (nos âmbitos acadêmico, cultural, social e político), bem como desenvolver mecanismos que promovam condições socioeconômicas que viabilizem a permanência dos alunos de baixa renda na Universidade.

Desta forma, as diretrizes utilizadas pela SUPEREST para a concessão da Bolsa Auxílio aos discentes ingressantes em 2011/1º, na modalidade Ação Afirmativa, seguiram as determinações estabelecidas pela Resolução CEG nº 01/2008, (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 2008a). Por serem bolsas destinadas ao atendimento de assistência ao estudante, às duas modalidades não são acumuláveis, desta forma, os discentes cotistas que receberam Bolsa Acesso e Permanência só puderam participar da seleção da modalidade Auxílio a partir do terceiro período (2012/1º), quando deixaram de receber a primeira.

Outras ações de assistência estudantil, que integram o REUNI e o PNAES, e que já faziam parte da política estudantil da UFRJ, foram também incluídas nas atenções aos discentes de ação afirmativa, a saber:

- Aumento da capacidade da residência estudantil (alojamento ou bolsa auxílio moradia);
- Acesso à rede e disponibilidade de equipamentos de informática (inclusão digital), aumento dos Laboratórios de Informática de Graduação (LIGs) e modernização dos equipamentos;
- Reestabelecimento dos restaurantes estudantis (alimentação);
- Atenção à saúde e creche aos filhos dos discentes (aumento de vaga);
- Criação e oferta de disciplinas complementares de apoio e introdutórias (participação e aprendizagem); e
- Ampliação do apoio pedagógico por meio das Comissões de Orientação e Acompanhamento Acadêmico (COAAs).

Cabe destacar que a implantação destes programas tem sido realizada por um processo gradual na UFRJ. Outras Resoluções, que atendem às ações que incrementam as políticas de assistência estudantil, junto aos alunos que ocupam vagas de ações afirmativas, têm sido estabelecidas pelo CONSUNI e CEG, nos concursos de seleção subsequentes ao que se restringe este estudo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo apresenta a abordagem adotada, as questões avaliativas e a fonte de dados utilizada, que forneceu as categorias e os indicadores considerados neste estudo avaliativo. Em seguida, trata sobre do instrumento construído e validado, bem como dos procedimentos definidos para análise e interpretação dos dados.

3.1 ABORDAGEM AVALIATIVA

Um sistema de avaliação da educação superior deve ter como principal objetivo oferecer informações de qualidade para subsidiar a tomada de decisões de indivíduos e organizações que nele estão direta ou indiretamente envolvidos (LEITÃO et al, 2010).

Os programas de políticas assistenciais, voltados aos discentes cotistas, na UFRJ, foram normatizados em sua história recente e continuam em processo de construção por visarem atingir preceitos de excelência e inovação. O conhecimento sobre a natureza da avaliação formativa permite afirmar que sua utilização, neste estudo, será bastante oportuna porque, segundo Worthen, Sanders e Fitzpatrick (2004):

- Realiza-se no correr da execução de um programa;
- Fornece informações acerca do modo pelo qual o processo se desenvolve;
- Permite àqueles que executam o programa a revisão daquilo que se fizer necessário;
- Pode determinar quais metas não estão sendo atingidas no nível desejado e de que forma o processo pode ser melhorado. Em outros termos, a partir dela, os processos ou produtos avaliados podem ser, em parte ou no todo, mantidos, modificados ou extintos;
- Tem, por público alvo, os próprios administradores e demais membros que integram a equipe do programa.

A abordagem deste estudo é também centrada na administração porque está pautada no “processo de delinear, obter e fornecer informações úteis para julgar decisões alternativas” (STUFFLEBEAM, 1973 apud WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004, p. 152). Durante a avaliação do processo, podem ser sinalizadas quais componentes estão contribuindo com os objetivos propostos e

quais são incompatíveis. Também podem ser identificados que decisões os administradores precisam tomar. Esta abordagem coleta informações suficientes sobre vantagens e desvantagens relativas de cada decisão alternativa, permitindo um julgamento justo do programa com base em critérios pertinentes (WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004).

3.2 QUESTÕES AVALIATIVAS

A partir do objetivo estabelecido, duas questões foram formuladas de modo a nortear este estudo avaliativo:

1) Até que ponto os programas de apoio assistenciais da UFRJ contribuíram para a permanência dos discentes cotistas, que ingressaram em 2011/1º, tendo por contraponto os oriundos de ampla concorrência?

2) Em que medida os discentes cotistas foram absorvidos por outros programas de bolsa, nos 3º e 4º períodos letivos, dando seguimento a sua integração na comunidade acadêmica?

3.3 FONTE DOS DADOS

O Sistema Integrado de Gestão Acadêmico (SIGA) é um sistema de banco de dados, com acesso via intranet, desenvolvido pelo Núcleo de Computação Eletrônica (NCE) da UFRJ. Por meio dele, os discentes, professores e funcionários podem obter, dentre outras, informações referentes aos registros acadêmicos. As permissões para consultas e operações são concedidas pela Divisão de Registro de Estudantes/PR-1 (DRE), conforme o perfil de cada usuário. Por ser um sistema de grande porte, o SIGA contém todos os registros relativos às etapas de cursos, disciplinas e situações acadêmicas. É permanentemente atualizado por seus desenvolvedores, coordenadores de ensino, secretarias acadêmicas das unidades, DRE, discentes e docentes da UFRJ (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 2013b).

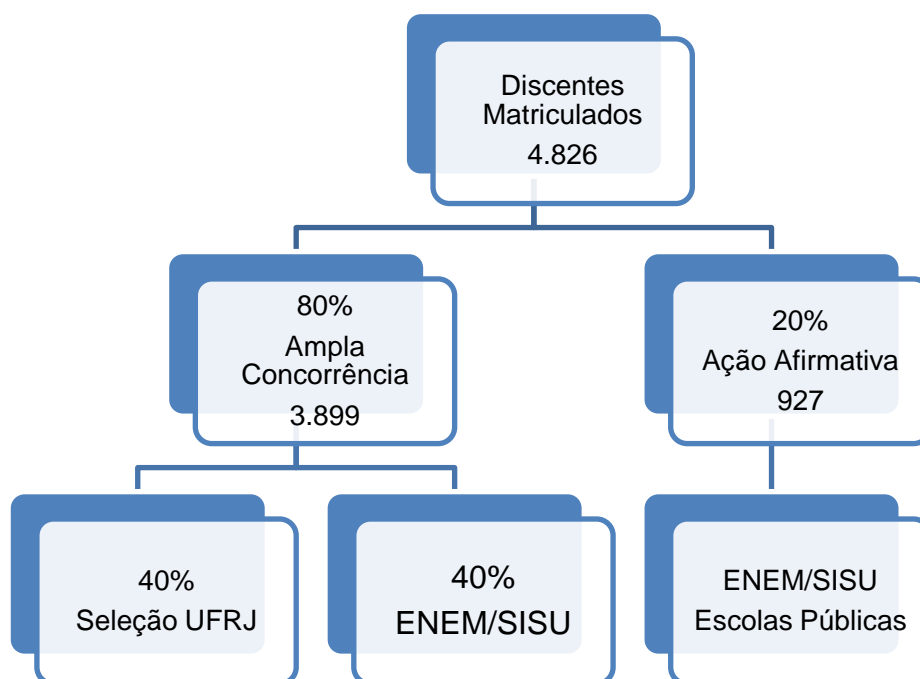
Devido às suas características e à fidedignidade das informações que fornece, o SIGA serviu como fonte de dados neste estudo avaliativo.

A primeira etapa do estudo consistiu em obter junto ao Setor de Desenvolvimento/SIGA, toda a massa de dados relativa aos discentes matriculados,

na seleção UFRJ de 2011/1º, desde o seu ingresso até 2012/2º. A definição deste intervalo de tempo, que corresponde ao ciclo básico da maioria dos cursos de graduação da Universidade, se justificou ante a necessidade de o estudo contar com consistente conjunto de informações sobre a trajetória acadêmica dos ingressantes no período.

A Figura 1 traz a distribuição dos ingressantes, considerando as formas de acesso estipuladas no Edital 66 de 2010 (BOLETIM [DA] UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 2010d).

Figura 1 - Discentes matriculados na Seleção UFRJ 2011/1º, por forma de acesso



Fonte: A autora (2013).

3.4. CATEGORIAS E INDICADORES

3.4.1 Categorias e indicadores do estudo

Por definição, categorias são “agrupamentos de grandes traços ou características referentes aos aspectos do objeto avaliado sobre os quais se emite juízo de valor que, em seu conjunto, expressam a totalidade do objeto em foco” (SILVA, 2012, p. 177). Apoiada neste conceito e na análise textual das duas questões avaliativas, a autora estabeleceu duas categorias para o estudo: permanência e bolsas assistenciais.

Considerando a diversidade de informações que o SIGA é capaz de gerar e ainda a necessidade de selecionar quais delas seriam adequadas e confiáveis para a realização deste estudo avaliativo, buscou-se identificar indicadores pertinentes a cada categoria constituída.

Indicadores são elementos estabelecidos por avaliadores e pesquisadores com a finalidade de medir ou apresentar aspectos relacionados a seus estudos. Podem ser quantitativos, representados por expressões numéricas, índices e valores, ou qualitativos, expressando-se por meios verbais ou simbólicos, para alcançar objetivos e resultados. Apesar de não haver consenso,

A definição do termo 'indicador', do ponto de vista científico, varia pouco de um autor para outro. Em geral, os pesquisadores consideram que os indicadores constituem parâmetros quantificados ou qualitativos que servem para detalhar se os objetivos de uma proposta estão sendo bem conduzidos (avaliação de processo) ou foram alcançados (avaliação de resultados). (MINAYO, 2009, p. 84).

Segundo Minayo (2009), ainda, os indicadores são importantes instrumentos de gestão quando propiciam ao avaliador monitoramento dos processos e situações que devem ser modificados, incentivados ou potencializados do início ao fim de uma intervenção.

O fato de o SIGA sistematizar dados qualificados, e validados por seus usuários, possibilitou a identificação e extração dos indicadores relativos às categorias estabelecidas para o estudo (QUADRO 1).

Quadro 1 - Indicadores de Permanência e Bolsas Assistenciais

Categorias	Indicadores
Permanência	Situação de matrícula
Bolsas Assistenciais	Bolsa Acesso e Permanência
	Bolsa Transporte
	Bolsa Auxílio

Fonte: A autora (2013).

3.4.2 Decodificação das categorias e indicadores

Tornar uma avaliação acessível aos seus diversos públicos interessados requer, dentre outros aspectos, atenção cuidadosa à comunicação. É necessário que os textos resultantes do processo sejam compreensíveis para quem realiza o

estudo, a quem ele se dirige e aos que se interessam pelo assunto. Para favorecer que a comunicação se desse em tal amplitude, a metodologia do estudo fez uso da qualificação das categorias e indicadores, selecionados a partir do menu de opções oferecido aos usuários do SIGA. Na sequência, são decodificadas as categorias e indicadores considerados:

➤ Categoria Permanência

O significado de permanência se traduz na inserção de todo e qualquer estudante no espaço universitário, permeado por políticas assistenciais, que objetivam, principalmente, proporcionar aos discentes, procedentes de classes socioeconômicas diversas, a participação nas atividades-fim e, desta forma, integralizar não só sua formação profissional, mas também a formação cidadã.

Nesta categoria, encontra-se o indicador Situação de Matrícula. Trata-se da condição em que se encontra o discente durante o período letivo. Devido ao fato de a situação de matrícula poder se expressar a partir de diversas variáveis, agendou-se reunião com três especialistas do SIGA para identificar aquelas que deveriam ser consideradas no estudo. Em consenso, o grupo optou por três extrações: a) situação de matrícula ativa, b) situação de matrícula evadida e c) situação de matrícula trancada.

Na situação de matrícula ativa foram incluídas as seguintes ocorrências: ativa; rematrícula; aluno em intercâmbio; aluno em mobilidade acadêmica.

Na situação de matrícula evadida, foram consideradas as ocorrências de abandono; expulsão; morte; último prazo de trancamento; cancelamento por sanção disciplinar; cancelamento por sanção judicial; cancelamento a pedido; cancelamento por descumprimento da Lei 12.089/2009 (BRASIL, 2009), que proíbe a uma mesma pessoa ocupar duas vagas, simultaneamente, em instituições públicas de ensino superior.

A situação de matrícula trancada é normatizada por meio da Resolução CEG nº 03/2008 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 2008b) e permite ao discente retomar seus estudos em períodos subsequentes ou optar pelo abandono dentro das regras estabelecidas. O trancamento a pedido é requerido pelo estudante. Também pode ocorrer automaticamente, quando o discente deixa de se inscrever em disciplinas no período estabelecido, conforme previsto na Resolução CEG nº 01/2010 (BOLETIM [DA] UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 2010a).

➤ Categoria Bolsas Assistenciais

As bolsas assistenciais dividem-se em duas modalidades: as de ações afirmativas destinadas aos discentes cotistas (Bolsas Acesso e Permanência, Bolsa para Transportes Municipais e Intermunicipais) e as de natureza socioeconômica, tendo por objetivo atender o corpo discente de primeiro ingresso. A Bolsa Auxílio faz parte desta segunda modalidade e, ao lado de outras, é parte da política de assistência estudantil adotada pela UFRJ. Neste estudo, as três bolsas destacadas constituem-se os indicadores da categoria.

O indicador Bolsa Acesso e Permanência (BAP) refere-se ao auxílio financeiro, destinado exclusivamente aos discentes ingressantes por ação afirmativa, “que tenham cursado integralmente o ensino médio em estabelecimentos da rede pública vinculados às Secretarias Estadual e Municipais de Educação e da Fundação de Apoio à Escola Técnica, do Estado do Rio de Janeiro”. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 2010e). O auxílio da bolsa tem validade no ano de ingresso destes alunos cotistas.

O indicador Bolsa Transporte refere-se à ação assistencial, também de natureza financeira, que objetiva atender aos discentes com os gastos de transportes. Inclui duas modalidades: A Bolsa Transporte Municipal (BTM) e a Bolsa Transporte Intermunicipal (BTI), visando garantir o deslocamento do estudante entre sua residência e a Universidade, contribuindo para o acesso e a permanência às atividades acadêmicas.

O indicador Bolsa Auxílio (BAU) refere-se à assistência financeira que é destinada aos estudantes da UFRJ, de primeira graduação, que comprovem dificuldades socioeconômicas para garantir sua permanência na Universidade. Os discentes cotistas só podem concorrer aos editais de Bolsa de Auxílio, a partir do 3º período.

Por ser comum às categorias e indicadores, contribuindo para situar a condição dos discentes considerados no estudo e fornecendo consistência aos cruzamentos das informações, todo o conjunto de dados foi estudado tendo por base a modalidade de acesso, a vaga de ingresso e os períodos estipulados para a avaliação, alunos ingressantes em 2011/1º acompanhados até 2012/2º. A decodificação dos três primeiros elementos é apresentada a seguir:

A modalidade de acesso diz respeito à forma de ingresso do aluno na UFRJ. Em 2011, foram identificadas três formas distintas para acesso à graduação:

concurso e seleção da UFRJ, THE/ENEM, ENEM/SiSU (BOLETIM [DA] UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 2010c).

A vaga de ingresso diz respeito às modalidades de vaga que são ofertadas aos candidatos por meio de editais de acesso aos cursos da UFRJ.

O período cursado é aquele que se refere a cada semestre letivo, independente da situação acadêmica do estudante.

Em 2011, tendo em vista a determinação da Universidade em criar cota social, as vagas foram denominadas de ação afirmativa e de ampla concorrência 2010, por meio do Edital 66/2010. (BOLETIM [DA] UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 2010d). As primeiras foram ocupadas por 20% dos ingressantes, como parte da política de Ações Afirmativas da UFRJ. Nelas, a condição primordial foi que os alunos ocupantes tivessem cursado todo o ensino médio, ou, equivalente, em qualquer instituição pública do território nacional. As demais vagas foram denominadas de ampla concorrência.

3.5 INSTRUMENTO: SELEÇÃO, CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO

O instrumento selecionado para este estudo foi a planilha EXCEL, devido ao fato que os relatórios do SIGA podem ser apresentados sob a forma de planilhas eletrônicas. O programa Excel foi escolhido pela facilidade de uso e pela forma de armazenagem e organização dos dados em arquivo, que pode gerar novas planilhas capazes de produzirem gráficos, que ilustrem as informações referentes a este estudo.

Entende-se por planilha qualquer tabela que possibilite organizar e visualizar dados. O uso de planilhas assegura agilidade ao trabalho, que se aprimora com o apoio dos recursos de informática. As planilhas são utilizadas para organizar grande quantidade de informações numéricas ou textuais. Facilitam o gerenciamento dos dados e oferecem maior segurança à tomada de decisão (TAVARES, 2011).

A planilha eletrônica é um tipo de programa de computador, como por exemplo, o Excel, que é usada para criar tabelas com recursos que permitem alterar qualquer informação recalculando todo o conjunto de dados automaticamente.

Os indicadores considerados no estudo e suas categorias foram apreciados pelo mesmo painel que identificou os indicadores considerados próprios a este estudo avaliativo, isto é, os três especialistas no SIGA. Após refletir sobre o objetivo

do estudo e questões avaliativas, o painel julgou a pertinência dos indicadores considerados e, ainda cumpriu nova tarefa: identificou possíveis cruzamentos e extrações de dados capazes de fundamentar a elaboração de respostas fidedignas às questões avaliativas.

Uma das preocupações levantadas pelo painel disse respeito à forma de apresentação das modalidades de acesso na planilha. Ao considerar que as vagas de ação afirmativa são distribuídas pelos 116 cursos da Universidade e que, em alguns deles, podem ser oferecidas até duas vagas por modalidade, o painel de juízes recomendou que o estudo considerasse os dados numéricos reais evitando lidar com percentuais ínfimos. Acolhidas as recomendações consensuais, obteve-se a primeira versão do instrumento, cuja validade de conteúdo foi atribuída pelo painel de especialistas que expressou concordância em relação às categorias e indicadores neste estudo avaliativo.

A validade de conteúdo refere-se ao julgamento sobre o instrumento, ou seja, se ele realmente cobre os diferentes aspectos do seu objeto e não contém elementos que podem ser atribuídos a outros objetos. Ela não é determinada estatisticamente, ou seja, não é expressa por um coeficiente de correlação, mas resulta do julgamento de diferentes examinadores especialistas, que analisam a representatividade dos itens em relação às áreas de conteúdo e à relevância dos objetivos a medir. (RAYMUNDO, 2009, p. 87).

Para estabelecer a validade técnica da planilha, consultou-se um profissional especializado na construção e validação de instrumentos de medida e avaliação. A carta encaminhada ao especialista para proceder a este julgamento consta do Apêndice A. Nesta validação buscou-se identificar as características técnicas inerentes ao tipo de instrumento construído. Sendo os campos da planilha concisos e pré-estabelecidos, a validação feita pelo especialista decorreu do julgamento da adequação e suficiência do conjunto de categorias e indicadores frente a cada questão avaliativa. A avaliação positiva do especialista atestou validade técnica do instrumento. (ANEXO A).

3.6 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

O direcionamento adequado de um estudo avaliativo exige que o avaliador planeje cada etapa a seguir. Após a coleta de dados, precisa se ocupar da maneira pela qual os dados serão tratados, isto é, analisados e interpretados. Este cuidado é fundamental para trazer a público as informações coletadas pelo estudo de modo que, em seguida, possa construir respostas para as questões avaliativas e posicionar-se quanto ao alcance, ou não, do objetivo da avaliação.

Ao abordar a análise e interpretação de dados, Gil (1999, p. 168) esclarece que,

A análise tem como objetivo organizar e resumir os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos. Os processos de análise e interpretação variam significativamente em função do plano de pesquisa [ou de avaliação].

Neste estudo, a organização dos dados foi feita por meio de tabelas, tabelas dinâmicas e gráficos. Em seguida, apresenta-se a definição de cada um destes recursos escolhidos para cumprir as etapas metodológicas de análise e interpretação de dados.

Segundo norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas, tabelas são uma “forma não discursiva de apresentação de informações, das quais o dado numérico se destaca como informação central” (IBGE, 1993). Podem ser apresentadas por dados numéricos e codificações, em ordem determinada, de acordo com as variáveis consideradas. Tabela é uma forma de conjugar a escrita contextualizada e a necessidade de dar forma e visualização aos dados.

Criada com o auxílio do programa Excel, a tabela dinâmica tem a qualidade de ser interativa e pode ser utilizada para resumir, classificar e analisar grandes quantidades de dados (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, [2000]).

Gráficos são instrumentos que expressam de diversas formas os dados ou valores numéricos de um estudo. Facilitam, a partir dos recursos visuais que empregam, a apresentação e a leitura dos resultados. Neste estudo, optou-se por apresentar os resultados por meio de gráficos de colunas, devido a sua simplicidade

de leitura e propriedade para demonstrar as informações coletadas. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, [2000]).

A interpretação dos dados se deu sob a forma de representação escrita, quando a autora analisou e atribuiu significado aos resultados expressos nas tabelas numéricas, tabelas dinâmicas e gráficos apresentados.

4 RESULTADOS

Este capítulo apresenta os resultados do estudo avaliativo que aborda a permanência dos discentes, da UFRJ, ingressos em 2011/1º, de cota social, comparados aos de ampla concorrência, ao longo de quatro períodos letivos: 2011/1º a 2012/2º. Também demonstra a participação destes discentes nos programas de bolsas de ações afirmativas instituídos na Universidade.

É importante destacar a particularidade da situação de seleção de ingresso da Universidade, em 2011, que se deu por três modalidades (concurso e seleção UFRJ, ENEM/THE e sistema SISU), e destinou 20% das vagas ofertadas pelo sistema SISU para vagas de cota social.

Outro aspecto relevante para a compreensão dos resultados é que o conjunto de dados desta avaliação é relativo aos 4.826 discentes matriculados e inscritos em disciplinas no primeiro semestre de 2011. Destes 3.899 correspondem aos 80% dos ingressantes por vagas de ampla concorrência e 927, aos 20% dos ingressantes por vagas de cota social. Estes dados, extraídos do SIGA, foram utilizados para comparar as situações ativo, evadido e trancado, no intervalo de 2011/1º a 2012/2º. A distribuição desses discentes, por forma de acesso, centro acadêmico e vaga de ingresso encontra-se no Anexo A.

A Tabela 1 representa um extrato do sistema SIGA/UFRJ. Nela, dados reais, distribuídos nos períodos de 2011/1º, 2011/2º, 2012/1º e 2012/2º, referem-se às variações ocorridas na distribuição de vaga de ingresso (ampla e cota social), por situação de matrícula (ativo, evadido e trancado) e condição de ter, ou não, bolsa.

Tabela 1 - Situação Geral de Matrícula por vaga de ingresso e bolsa de 2011/1º a 2012/2º

Períodos	Vaga de Ingresso	Ativos		Evadidos		Trancados	
		s/bolsa	c/bolsa	s/bolsa	c/bolsa	s/bolsa	c/bolsa
2011-1º	Ampla	3409	231	138	1	120	0
	Cotista	610	265	23	1	27	1
2011-2º	Ampla	2920	263	311	4	397	4
	Cotista	453	298	53	8	103	12
2012-1º	Ampla	2787	168	665	1	274	4
	Cotista	557	117	186	1	65	1
2012-2º	Ampla	2550	171	851	2	324	1
	Cotista	491	119	233	4	75	5

Fonte: SIGA/UFRJ. Adaptado pela autora (2013).

Na sequência, são apresentados estudos percentuais que derivaram dos dados da Tabela 1. Cada um deles inclui uma tabela por estudo de situação de matrícula e um gráfico de colunas, cujo objetivo é dar visibilidade à discussão e análise dos resultados.

A Tabela 2 representa a distribuição dos discentes, por período letivo que, apesar da movimentação relativa às outras situações de matrícula (trancamento e evasão), permaneceram ativos.

Tabela 2 - Variação percentual dos discentes ativos, por período e vaga de ingresso

Períodos	Vaga de Ingresso	Discentes		Percentual de Permanência
		Ativos sem bolsa	Ativos com bolsa	
2011-1º	Ampla	87,4%	5,9%	93,4%
	Cotista	65,8%	28,6%	94,4%
2011-2º	Ampla	74,9%	6,7%	81,6%
	Cotista	48,9%	32,1%	81,0%
2012-1º	Ampla	71,5%	4,3%	75,8%
	Cotista	60,1%	12,6%	72,7%
2012-2º	Ampla	65,4%	4,4%	69,8%
	Cotista	53,0%	12,8%	65,8%

Fonte: A autora (2013).

A análise dos percentuais permite constatar que, independente da forma da vaga de ingresso, houve um declínio constante na permanência dos discentes, ao longo dos quatro períodos estudados. Este fato fica evidente a partir do terceiro período letivo (2012/1º), se comparado aos anteriores. No caso, entre os discentes de vagas de ampla concorrência, há uma queda de 18,4% na taxa de permanência, pois, em 2011/1º, o percentual de 93,4% passou para 75,8%, em 2012/1º. O mesmo fato se repetiu entre os discentes de vaga de cota social, cuja variação, no período citado, foi de 21,7%.

A partir dos dados da Tabela 2, observa-se também que a condição dos discentes ativos cotistas, com bolsa, foi ainda mais grave: em 2011/1º, representavam 28,6% do total de cotistas e, em 2012/1º, apenas 12,6%. Este comportamento não se repetiu entre os discentes, também cotistas, que não possuíam bolsa, cuja variação oscilou, no período citado, de 65,8% para 60,1%, ou seja, pouco mais de 5 pontos percentuais.

No que diz respeito à permanência, o comportamento dos discentes ativos, visto a partir do estudo longitudinal da Tabela 2, ao longo dos quatro períodos, revela uma queda progressiva tanto entre os discentes de ampla concorrência quanto entre os de vagas de cota social. Nos primeiros, o percentual sai de 93,4% (2011/1º) para 69,8% (2012/2º), correspondendo a uma variação de 23,6%; nos segundos, de 94,4% (2011/1º) para 65,8% (2012/2º), evidenciando uma variação de 28,6%. As variações mencionadas revelam perdas na permanência dos discentes ativos: 30,2%, no conjunto de discentes ocupantes de vagas de ampla concorrência, que representam em números reais, aproximadamente 1.178 ingressantes, e 34,2% entre os cotistas, significando 317 estudantes.

Os discentes cotistas, sem bolsa, também tiveram uma permanência pouco oscilante, pois, na maioria dos períodos letivos, esta se manteve, em média, em 57%. O único decréscimo observado ocorreu em 2011/2º, quando o percentual atingiu 48,9%. Neste caso, a variação se deveu à ocorrência de trancamentos e não a situações de evasão ou abandono.

No tocante à variação dos percentuais relativos às bolsas recebidas, nos dois primeiros períodos letivos de 2011, observa-se que no grupo de ampla concorrência houve um acréscimo de 0,8% e, no grupo de cotistas, um aumento de 3,5%. Com base na experiência prática do trabalho cotidiano da Divisão de Assistência ao Estudante/SUPEREST, estas variações percentuais podem ser atribuídas ao fato de os discentes bolsistas não terem aberto conta bancária ou não terem requerido a bolsa no prazo previsto, regularizando em 2011/2º.

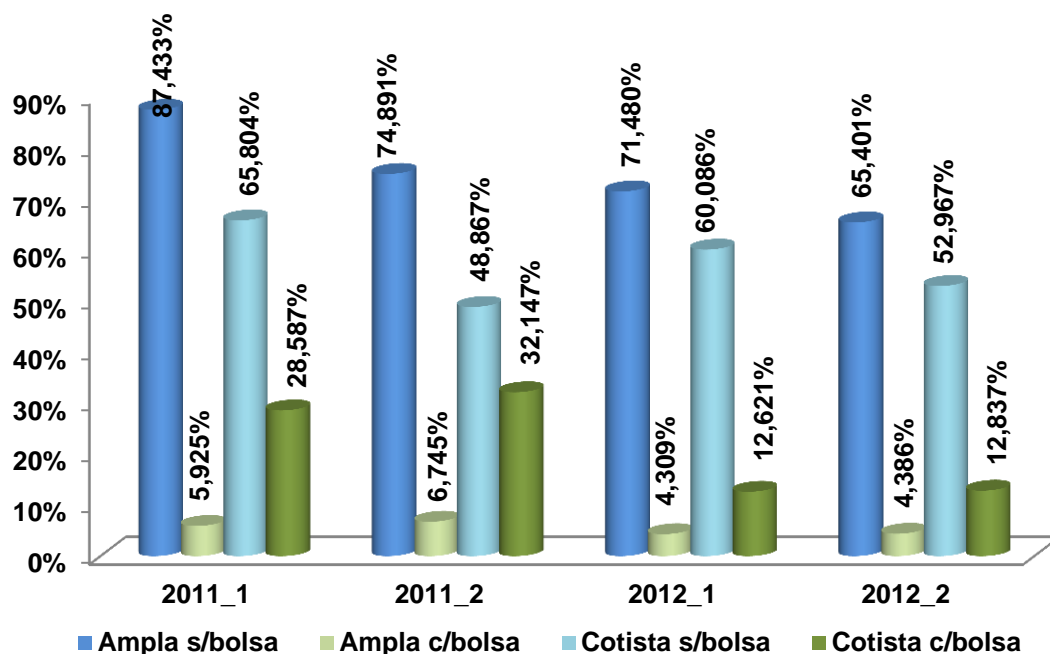
Entre os cotistas, a elevada redução do percentual de bolsas (32,1%) do segundo período (2011/2º) para o terceiro (12,6%) justifica-se pelo término do período de concessão da Bolsa Acesso e Permanência (BAP), cuja duração é de um ano letivo (2011/1º e 2011/2º).

A partir do terceiro período (2012/1º), apenas parte dos cotistas (12,6%) passou a receber a Bolsa Auxílio (BAU), que também pertence ao Programa de Ações Afirmativas, tem processo seletivo socioeconômico rigoroso e oferta menor número de vagas. Cabe destacar que esta modalidade de bolsa é ofertada aos alunos ingressantes de ampla concorrência, a partir do primeiro período letivo, fato que explica a manutenção de percentual estável neste grupo, em torno de 5%.

Neste estudo, o Gráfico 1 apresentado a seguir, na condição de recurso de síntese, cumpre a finalidade de representar visualmente o movimento das variações

de permanência dos discentes ativos, na UFRJ, no intervalo focalizado pelo estudo avaliativo.

Gráfico 1 - Percentual de discentes ativos da UFRJ, por vaga de ingresso no intervalo de 2011/1º a 2012/2º



Fonte: A autora (2013).

A Tabela 3 destaca a situação dos discentes evadidos, matriculados no período selecionado pelo estudo, de 2011/1º a 2012/2º.

Tabela 3 - Variação percentual dos discentes evadidos, por período e vaga de ingresso

Períodos	Vaga de Ingresso	Evadidos sem bolsa	Evadidos com bolsa	Percentual de Evasão
2011-1º	Ampla	3,5%	0,0%	3,6%
	Cotista	2,5%	0,1%	2,6%
2011-2º	Ampla	8,0%	0,1%	8,1%
	Cotista	5,7%	0,9%	6,6%
2012-1º	Ampla	17,1%	0,0%	17,1%
	Cotista	20,1%	0,1%	20,2%
2012-2º	Ampla	21,8%	0,1%	21,9%
	Cotista	25,1%	0,4%	25,6%

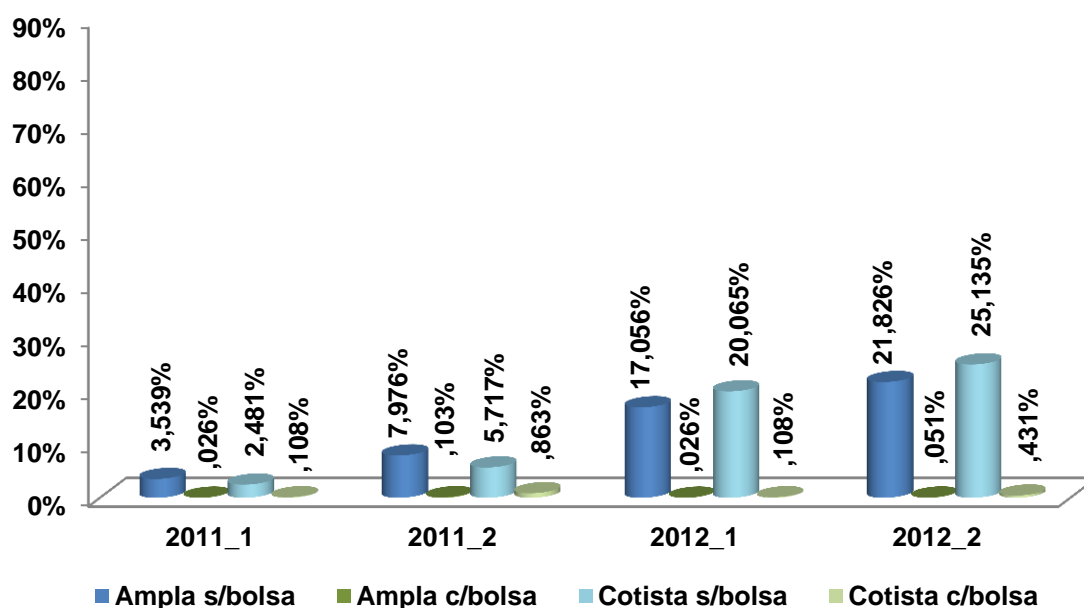
Fonte: A autora (2013).

A soma dos valores atribuídos aos discentes de ampla concorrência, nos dois primeiros períodos, totaliza o percentual de evasão de 11,7%, enquanto que entre os cotistas é de 9,2%. No terceiro período letivo (2012/1º), o percentual de discentes

que abandonaram a Universidade elevou-se consideravelmente, alcançando 17,1% dos discentes de ampla concorrência e 20,2% dos cotistas, o que representa, respectivamente, o total aproximado de 667 e 187 discentes. Por meio dos dados apresentados na Tabela 3, pode-se observar que, ao final de quatro períodos letivos, o percentual de evasão é de 21,9% para os ingressantes de ampla concorrência contra 25,6% dos de cota social.

O Gráfico 2, apresentado na sequência, também é utilizado como recurso de síntese, servindo para destacar visualmente o movimento ascendente da evasão entre os discentes ativos, sem bolsa, na UFRJ, no intervalo do estudo avaliativo. Chama atenção a baixa evasão dos discentes, que possuem bolsa, oriundos de vagas de ampla concorrência e de cota social, pois, em nenhum caso, o percentual atingiu 1%.

Gráfico 2 - Total de discentes evadidos, em percentual, por vaga de ingresso, no período do estudo



Fonte: A autora (2013).

A seguir, a Tabela 4 apresenta o comportamento dos discentes, no intervalo 2011/1º a 2012/2º, relativo ao trancamento - situação de matrícula, cujas regras são estabelecidas pelo CEG e que, devido as suas características, permite ao discente retomar, com regularidade, os seus estudos ou evadir.

Tabela 4 - Variação percentual dos discentes trancados, por período e vaga de ingresso

Períodos	Vaga de Ingresso	Trancados sem bolsa	Trancados com bolsa	Percentual de Trancados
2011-1º	Ampla	3,1%	0,0%	3,1%
	Cotista	2,9%	0,1%	3,0%
2011-2º	Ampla	10,2%	0,1%	10,3%
	Cotista	11,1%	1,3%	12,4%
2012-1º	Ampla	7,0%	0,1%	7,1%
	Cotista	7,0%	0,1%	7,1%
2012-2º	Ampla	8,3%	0,0%	8,3%
	Cotista	8,1%	0,5%	8,6%

Fonte: A autora (2013).

A Tabela 4 acusa baixa variação no percentual relativo ao trancamento entre os discentes com bolsa, independente da vaga de ingresso, cujo maior valor constatado foi de 1,3% para estudantes cotistas (2011/2º). Pode-se justificar esta ocorrência porque a situação de trancamento implica na imediata suspensão do benefício bolsa.

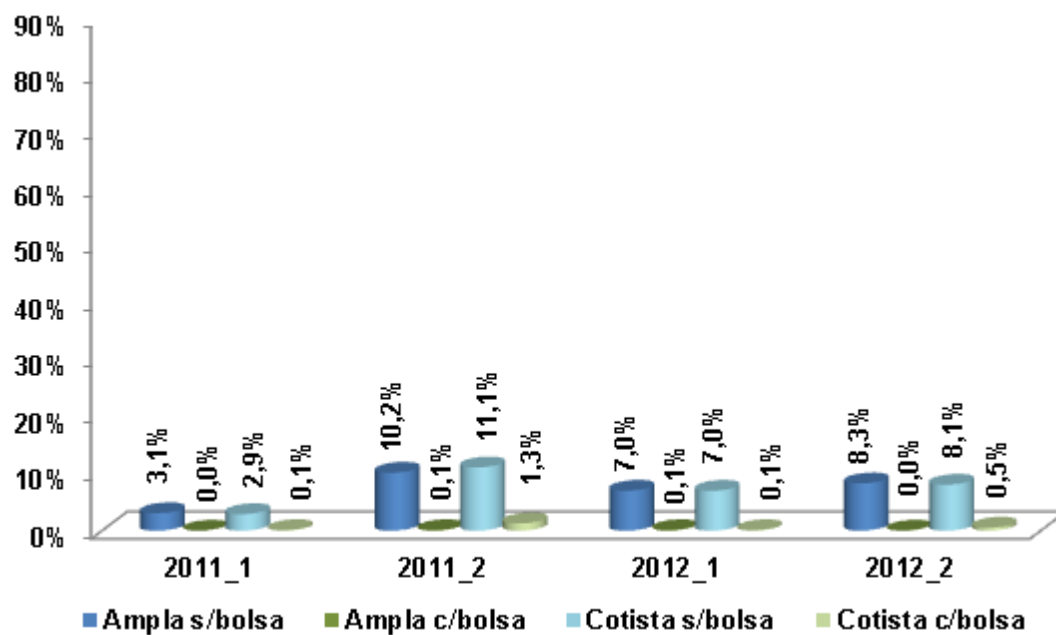
Os maiores percentuais de trancamento observados para todo o conjunto de discentes estudados encontram-se no segundo período letivo (2011/2º). Aproximadamente 402 discentes (10,3%), ocupantes de vagas de ampla concorrência, realizaram trancamento neste período e 115 dos discentes cotistas (12,4%).

Os dados da Tabela 4 evidenciam ainda que os percentuais de trancamento entre discentes sem bolsa, matriculados nos primeiro e terceiro períodos ultrapassaram o dobro. Em 2011/1º, eram de 3,1% e 2,9%, respectivamente, entre os discentes de ampla concorrência e cota social; em 2012/1º, ambos atingiram 7%.

Apesar de a Resolução CEG nº 03/2008 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 2008b) determinar que os discentes só possam realizar o primeiro trancamento após a obtenção de 12 créditos. O Gráfico 3 mostra que o ocorrido, em 2011/1º, configura uma situação excepcional. Considerando que esta possibilidade consta da própria Resolução, justifica-se a ocorrência dos baixos percentuais.

A condição de recurso visual de síntese permite ao Gráfico 3 facilitar a percepção da ascendência na situação trancamento de matrícula dos discentes ativos sem bolsa de ampla concorrência e cotistas, na UFRJ, no intervalo contemplado pelo estudo avaliativo.

Gráfico 3 - Percentual de discentes trancados, por vaga de ingresso no intervalo de 2011/1º a 2012/2º



Fonte: A autora (2013).

5 CONCLUSÃO

A análise dos resultados referentes aos quatro períodos letivos estudados sustenta a construção de respostas às duas questões avaliativas deste estudo.

A primeira questão indagou até que ponto os programas de apoio assistenciais da UFRJ contribuíram para a permanência dos discentes cotistas, que ingressaram em 2011/1º, tendo por contraponto os oriundos de ampla concorrência.

Neste sentido foi possível visualizar, por meio dos resultados, que o comportamento da mobilidade dos discentes de ampla concorrência e cota social, ingressantes em 2011/1º, é bastante similar. Nos quatro períodos letivos, guardando as devidas proporções, os discentes bolsistas tiveram percentual de permanência levemente superior ao dos não bolsistas. Entendeu-se que esta elevação da permanência, entre os bolsistas, em 2012/2º, se justificou por duas razões: requerimento tardio da Bolsa Acesso e Permanência, por parte de alguns discentes, e regularização da documentação exigida para fins de recebimento de bolsas, por parte de outros.

No período estudado, os discentes de ampla concorrência e cotistas, sem bolsa, evadiram e trancaram matrícula, em maior número do que os discentes com bolsa. Observou-se que este fato estava diretamente relacionado à perda da bolsa na situação de trancamento ou de evasão dos bolsistas.

É importante observar, no Gráfico 1, que os alunos cotistas com bolsa (28,6% dos ingressantes de 2011/1º), são os advindos da rede pública de ensino médio do estado do Rio de Janeiro. Este foi, inicialmente, o objeto de atenção considerado pela instituição, em sua manifestação para com as ações afirmativas. Uma decisão judicial determinou à UFRJ que esta considerasse a rede pública de ensino médio de todo o Brasil, incluindo a educação federal e municipal (65,8% dos ingressantes de 2011/1º). O fato, no entanto, não alterou o programa de bolsas de assistenciais proposto, mais especificamente, a Bolsa Acesso e Permanência, que foi oferecida somente a este grupo.

Os programas assistenciais e as políticas de ações afirmativas contribuíram para a permanência dos discentes de cota social, até 2011/2º, haja visto o aumento do percentual de evasão ocorrido ao término da Bolsa Acesso e Permanência (Tabela 3). O recebimento da Bolsa Auxílio manteve permanente cerca de 40%

destes discentes, no último período da avaliação, confirmando a importância do benefício para este grupo.

Para os discentes de ampla concorrência, com baixa renda, foi observado que o recebimento da Bolsa Auxílio foi relevante, uma vez que suas permanências foram estáveis e os índices de trancamento (Tabela 4) e evasão (Tabela 3) os mais baixos de todo o estudo.

Em síntese, os resultados do estudo permitem afirmar que não houve migração dos alunos de ampla concorrência para cota social e vice-versa. A elevação no percentual de permanência deste último grupo no terceiro período, excedeu ao que poderia ser atribuído à situação de destrancamento, ocorrido em torno de 4% (Tabela 2). Deveu-se, de fato, à migração dos cotistas que, após o término da Bolsa Acesso e Permanência, nem foram absorvidos pela Bolsa Auxílio, nem evadiram.

A segunda questão pretendeu saber em que medida os discentes cotistas foram absorvidos por outros programas de bolsa, nos 3º e 4º períodos letivos, dando seguimento a sua integração na comunidade acadêmica.

Os resultados desta avaliação permitiram constatar que, após dois semestres letivos, há uma evasão imediata de mais de 40% (Gráfico 2) dos discentes cotistas com bolsa (alunos oriundos do ensino público médio do Estado do Rio de Janeiro). E que, entre os cotistas sem bolsa (advindos das outras instituições públicas de ensino médio do país), esta variação foi próxima a 13% (Gráfico 2). Coincidentemente, este fato ocorre ao término da Bolsa Acesso e Permanência, cuja duração é de dois semestres letivos.

Outro ponto a observar diz respeito ao fato de que mais de 50% dos discentes cotistas, com bolsa, não foram absorvidos pela modalidade Bolsa de Auxílio, ofertada a partir do terceiro período (Tabela 2). Assim, embora esta modalidade faça parte dos programas assistenciais da UFRJ, também é possível que a menor oferta de vagas não esteja contribuindo devidamente para a retenção deste grupo de estudantes na Instituição.

Os programas de assistência estudantil, por meio de distribuição de bolsas, foram importantes para a permanência dos discentes cotistas, com bolsa. É possível que o período de benefício assegurado não seja suficiente para garantir a este grupo a sua efetiva permanência na Universidade, tal como esperam as políticas de ações afirmativas.

É importante observar que o instrumento utilizado neste estudo avaliativo fez uso de dados concretos do sistema SIGA/UFRJ que, mesmo sendo abrangente, não contém as informações necessárias para avaliar as outras ações de política afirmativas implantadas pela UFRJ, tais como: frequência ao restaurante universitário, acesso à rede digital (por meio dos Laboratórios de Informática de Graduação/LIG's), apoio pedagógico e atenção à saúde. Para fazê-lo, seriam necessários outros estudos. No presente, tão somente estabeleceu-se o percentual de discentes cotistas absorvidos pela Bolsa Auxílio e Transporte (Municipal e Intermunicipal), após o término da Bolsa Acesso e Permanência.

A Universidade reafirmou, em 2012 e 2013, as políticas de apoio aprovadas em 2010, estendendo os benefícios das bolsas Bolsa Acesso e Permanência, Bolsa Auxílio, Bolsa Transporte Municipal e Bolsa Transporte Intermunicipal aos discentes de renda familiar per capita de até 1,5 (um salário mínimo e meio) nacional vigente, inclusive aos discentes da rede particular, havendo saldo de bolsas.

Espera-se que o presente estudo avaliativo venha a ser utilizado como base para novas aplicações, em outros períodos letivos, e/ou incorporado a outros estudos de maior amplitude, como, por exemplo, estudo do desempenho acadêmico dos discentes cotistas e impacto dos programas de bolsas no orçamento da Instituição.

REFERÊNCIAS

BOLETIM [DA] UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, n. 23, nov. 2007. Disponível em: <<http://www.ufrj.br/docs/boletim/2007/23-2007.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2012.

BOLETIM [DA] UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, n. 06, mar. 2008a. Disponível em: <<http://www.ufrj.br/docs/boletim/2008/06-2008.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2012.

BOLETIM [DA] UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, n. 08, abr. 2008b. Suplemento. Disponível em: <http://www.ufrj.br/docs/boletim/2008/08-2008_suplemento.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2012.

BOLETIM [DA] UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, n. 14, abr. 2010a. Disponível em: <<http://www.ufrj.br/docs/boletim/2010/14-2010.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2012.

BOLETIM [DA] UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, n. 23, jun. 2010b. Disponível em: <<http://www.ufrj.br/docs/boletim/2010/23-2010.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2012.

BOLETIM [DA] UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, n. 35, set. 2010c. Disponível em: <<http://www.ufrj.br/docs/boletim/2010/35-2010.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2012.

BOLETIM [DA] UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, n. 36, set. 2010d. Disponível em: <<http://www.ufrj.br/docs/boletim/2010/36-2010.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2012.

BOLETIM [DA] UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, n. 38, set. 2010e. Disponível em: <<http://www.ufrj.br/docs/boletim/2010/38-2010.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2012.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 24 abr. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em 26 jul. 2012.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 19 jul. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: 26 jul. 2012.

BRASIL. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o programa Universidades para todos – PROUNI. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 14 jan. 2005. Seção 1, p. 7. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2005/lei-11096-13-janeiro-2005-535381-norma-pl.html>>. Acesso em: 26 jul. 2012.

BRASIL. Lei nº 12.089, de 11 de novembro de 2009. Proíbe que uma mesma pessoa ocupe 2 (duas) vagas simultaneamente em instituições públicas de ensino superior. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 11 nov. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12089.htm>. Acesso em: 26 jul. 2012.

CARVALHO, José Murilo de. *Ação afirmativa, sim; cota, não*. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <http://www.ppghis.historia.ufrj.br/media/carvalho_acao_afirmativa.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2012.

FIGUEIREDO, Otto Vinicius Agra. *Ações afirmativas no Brasil: uma discussão política*. Trabalho apresentado, em forma de comunicação na X SEMOC – Semana de Mobilização Científica da Universidade Católica do Salvador – UCSAL, Salvador, 2007. Disponível em: <http://www.portalanterior.uneb.br/cepaia/docs/acoes_afirmativas_no_brasil.pdf> Acesso em: 11 set. 2013.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1999. Capítulo Análise e Interpretação.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. *Ação afirmativa & princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social, a experiência dos EUA*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001. p. 40.

IBGE. Normas de apresentação tabular. 3.ed. Rio de Janeiro, 1993.

LEITÃO, Thiago et al. Uma análise acerca do boicote dos estudantes aos exames de avaliação da educação superior. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, v. 15, n. 43, jan./abr. 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Construção de indicadores qualitativos para avaliação de mudanças. *Revista Brasileira de Educação Médica*. Rio de Janeiro, v. 33. Supl. 1, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-55022009000500009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 26 ago. 2012.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, n. 117, p. 197-217, nov. 2002.

OLIVEIRA, Antônio José Barbosa de. *Uma breve história da UFRJ*. Rio de Janeiro: Divisão de Memória da UFRJ, [2000]. Disponível em: <http://www.sibi.ufrj.br/Projeto/ufrj_historia.html>. Acesso em: 19 ago. 2012.

RAYMUNDO, Valéria Pinheiro. Construção e validação de instrumentos: um desafio para a psicolinguística. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 44, n. 3, p. 86-93, jul./set. 2009. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/viewFile/5768/4188>> Acesso em: 06 set. 2013.

RIO DE JANEIRO (Estado). Lei 3.708 de 09 de novembro de 2001. Institui cota de até 40% (quarenta por cento) para as populações negra e parda no acesso à universidade do Estado do Rio de Janeiro e à Universidade Estadual do Norte Fluminense, e dá outras providências. [*Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro*] Rio de Janeiro: Governo do Estado do Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/90840/lei-3708-01>>. Acesso em: 11 set. 2013.

SILVA, Angela Carrancho. Entrevista. In: ELLIOT, Ligia Gomes (Org). *Instrumento de Avaliação e Pesquisa: caminhos para construção e validação*. Rio de Janeiro: Wak, 2012

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. *Notícias STF*. Voto do ministro Ayres Brito. distingue cotas sociais de raciais: quinta-feira 26 de abril de 2012. Brasília, DF, 2012a. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=206041> > Acesso em: 09 ago. 2012.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. *Notícias STF*. Ministra Cármen Lúcia afirma em seu voto que cota é uma etapa para a igualdade: quinta-feira 26 de abril de 2012. Brasília, DF, 2012b. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=206008&caixaBusca=N>>. Acesso em: 09 ago. 2012.

TAVARES, Élidea. *Módulo planilhas eletrônicas: aula 01 – apresentação do módulo*. Recife. 2011. Disponível em: <<http://www.slideshare.net/elidaftc/planilha-aula-1>>. Acesso em: 19 ago. 2012.

TREVISIO, Marco Aurélio Marsiglia. A igualdade, o princípio da proibição da discriminação e as ações afirmativas como promoção dos direitos humanos, à luz da teoria crítica. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 14, n. 2110, 11 abr. 2009. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/12613>>. Acesso em: 19 ago. 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. Departamento de Engenharia elétrica. Capítulo 7. Grupo Pet Engenharia Elétrica. Mato Grosso do Sul, [2000]. Disponível em: <<http://www.del.ufms.br/tutoriais/excel7/capitulo7.htm>>. acesso em: 12 ago. 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Administração – Pró-Reitorias: graduação – pró-reitoria de graduação. Rio de Janeiro, [2013a]. Disponível em: <http://www.ufrj.br/pr/conteudo_pr.php?sigla=PRO_REITORES>. Acesso em: 19 ago. 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Conselho Universitário. *Resolução nº 10*, de 27 de maio de 2010. Afirma seu compromisso com ações que, a curto prazo, criem efetivas condições para o ingresso e permanência na UFRJ de alunos provenientes de famílias de baixa renda e dá outras providências. Rio de Janeiro, 2010a. Disponível em: <<http://www.consuni.ufrj.br/images/Resolucoes/res10-10.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Conselho Universitário. *Resolução nº 15*, de 14 de julho de 2011. Altera o estatuto e o regimento do Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em partes que dispõem sobre a Reitoria. Rio de Janeiro, 2011a. Disponível em: <<http://www.consuni.ufrj.br/images/Resolucoes/res15-11.pdf>>. acesso em: 15 maio 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Conselho Universitário. *Resolução nº 16*, de 19 de agosto de 2010. Estabelece novos critérios para o ingresso na UFRJ em 2011. Rio de Janeiro, 2010b. Disponível em: <<http://www.consuni.ufrj.br/images/Resolucoes/res16-10.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Conselho Universitário. *Resolução nº 17*, de 09 de setembro de 2010. Ação provisória para garantir acesso e permanência de alunos de graduação. Rio de Janeiro, 2010c. Disponível em: <<http://www.consuni.ufrj.br/images/Resolucoes/res17-10.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Conselho Universitário. *Tv consuni*. Consuni do dia 12/08/2010. Rio de Janeiro: Núcleo de Computação Eletrônica da UFRJ, 2010d. Disponível em: <<http://tv.ufrj.br/consuni/>>. Acesso em: 26 ago. 2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Proposta do Plano Quinquenal de Desenvolvimento para UFRJ: PDI. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. (Série UFRJ Debate). Disponível em: <<http://www.ufrj.br/docs/PDI.pdf>>. Acesso em: 10 de jan. 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Pró- Reitoria de Graduação. Conselho de Ensino de Graduação. *Comunicado sobre ação afirmativa*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011b.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Pró-Reitoria de Graduação. *Edital nº 66*, de 01 de setembro de 2010. Acesso aos cursos de graduação 2011. Rio de Janeiro, 2010d. Disponível em: <http://www.acessograduacao.ufrj.br/index.php?option=com_content&view=article&id=673&Itemid=353>. Acesso em: 01 mar. 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Pró-Reitoria de Graduação. *Resolução CEG nº 01*, de 27 de fevereiro de 2008. Normas de concessão e renovação de auxílio ao estudante. Rio de Janeiro, 2008a. Disponível em: <<http://www.poli.ufrj.br/arquivos/auxilio%20ao%20estudante/Resolucao%20CEG%200108.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Pró-Reitoria de Graduação. *Resolução CEG nº 3*, de 02 de abril de 2008. Normas para trancamento de matrícula. Rio de Janeiro, 2008b. Disponível em: <http://www.pr1.ufrj.br/images/stories/_pr1/dmdocuments/Resolucao_03_-_08_-_Trancamento_de_Matricula.pdf>. Acesso em: 10 maio 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Universidade necessária: programa de reestruturação e expansão da UFRJ 2008 – 2012, um projeto para o Rio de Janeiro e para o Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008c. (Série UFRJ Debate). Disponível em: <http://www.ufrj.br/docs/20070708_universidade_necessaria-programa_de_reestruturacao_e_expansao_da_ufrj.pdf>. Acesso em: 15 maio 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Pró-Reitoria de Graduação. Sistema Integrado de gestão acadêmico. Rio de Janeiro, 2013b. Disponível em: <<http://www.pr1.ufrj.br/index.php/component/content/category/500-siga>>. Acesso em: 15 maio 2013.

WORTHEN, Blaine. R.; SANDERS, James L.; FITZPATRICK, Jody R. Avaliação de programas: concepções e práticas. São Paulo: Ed. Gente, 2004.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Carta enviada ao especialista

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2013

Prezado Especialista,

Minha dissertação tem por objetivo avaliar a integração acadêmica dos discentes beneficiados pelos programas de ações afirmativas, ingressantes em 2011/1º, conforme as Resoluções nº 10, 16 e 17 do Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Considerando a expectativa de se conhecer a validade técnica da planilha eletrônica construída, solicito sua apreciação acerca da adequação (A) e suficiência (S) das categorias e indicadores estabelecidos para responder a cada uma das questões avaliativas do estudo. Seu julgamento deve constar nas quadrículas dos quadros que se seguem às questões avaliativas, apresentadas na página seguinte. Caso considere necessário, apresente seus comentários adicionais nos campos indicados. Antes de proceder a atividade, **observe as seguintes informações:**

1. No estudo, a expressão Indicadores Associados foi utilizada para designar os períodos cursados, as modalidades de acesso e as vagas de ingresso.

2. Os Indicadores Associados são comuns às duas categorias estabelecidas (permanência e bolsas assistenciais) e fornecem consistência aos cruzamentos das informações.

3. Em 2011, na UFRJ, as vagas de acesso passaram a ser oferecidas em dois tipos: Ampla Concorrência e Ação Afirmativa.

4. No mesmo ano, as modalidades de acesso foram três: concurso e seleção UFRJ; concurso e seleção ENEM/THE (para cursos com Habilidades Específicas); sistema de seleção ENEM/SISU.

5. As vagas de Ação Afirmativa foram oferecidas nas duas últimas modalidades de acesso.

Agradeço antecipadamente a sua atenção e colaboração, colocando-me à disposição.

Heliane Rocha

Mestranda em Avaliação da Fundação Cesgranrio

APÊNDICE B – Quadro para validação técnica do instrumento

QUADRO DE VALIDAÇÃO TÉCNICA

1ª QA: Até que ponto os programas de apoio assistenciais da UFRJ contribuíram para a permanência dos discentes cotistas que ingressaram em 2011/1º, tendo por contraponto os discentes ingressantes por ampla concorrência?

Categoria	Indicador	Indicadores Associados	A	S
Permanência	Matrícula Ativa	Período Cursado		
		Modalidade de Acesso		
		Vaga de Ingresso		
	Matrícula Evadida	Período Cursado		
		Modalidade de Acesso		
		Vaga de Ingresso		
	Matrícula Trancada	Período Cursado		
		Modalidade de Acesso		
		Vaga de Ingresso		

2ª QA: Em que medida os discentes cotistas foram absorvidos por outros programas de bolsa, nos 3º e 4º períodos letivos, dando seguimento a sua integração na comunidade acadêmica?

Categoria	Indicador	Indicadores Associados	A	S
Bolsas Assistenciais	Bolsa de Acesso e Permanência	Período Cursado		
		Modalidade de Acesso		
		Vaga de Ingresso		
	Bolsa Transporte	Período Cursado		
		Modalidade de Acesso		
		Vaga de Ingresso		
	Bolsa de Auxílio	Período Cursado		
		Modalidade de Acesso		
		Vaga de Ingresso		

A = Adequado
S = Suficiente

ANEXO

ANEXO A – Situação geral dos discentes por forma de acesso, centro acadêmico e vaga de ingresso

Tabela 1 – Situação Geral em 2011/1º

Situação em 2011/1º		Vaga de Ingresso	Ativo		Evadido		Trancados		Total Geral
Concurso	Centro acadêmico		sem bolsa	com bolsa	sem bolsa	com bolsa	sem bolsa	com bolsa	
Seleção UFRJ	CCMN	Ampla	228	14	11		6		259
	CLA	Ampla	261	40	4		10		315
	CFCH	Ampla	217	39	8				264
	CCJE	Ampla	238	6	4		5		253
	CCS	Ampla	338	35	8		11		392
	CT	Ampla	287	4	7		5		303
	Campus de Macaé	Ampla	91	15	10	1	1		118
	Campus de Xerém	Ampla	22	5	1				28
	CCJE/CFCH	Ampla	21		3				24
	CCMN/CT/CCS	Ampla	11						11
	CCJE/CCS	Ampla	19	2	2				23
Seleção THE - UFRJ/ENEM	CLA	Ampla	129	19	1				149
		Cotista	28	32					60
		Ampla	5						5
	CFCH	Cotista	2	1					3
		Ampla	3	2					5
	CCS	Cotista	1	2					3
Seleção Unificada (SiSU)	CCMN	Ampla	225	7	9		15		256
		Cotista	78	37	2	1	4		122
	CLA	Ampla	134	12	1		11		158
		Cotista	35	38	3		1		77
	CFCH	Ampla	224	11	11		5		251
		Cotista	71	48	2		2		123
	CCJE	Ampla	222	3	9		4		238
		Cotista	104	16			4		124
	CCS	Ampla	299	13	16		23		351
		Cotista	111	53	8		7	1	180
	CT	Ampla	284		18		14		316
		Cotista	123	16	5		1		145
	Campus de Macaé	Ampla	85	3	11		3		102
		Cotista	30	13	3		3		49
	Campus de Xerém	Ampla	20		2		1		23
		Cotista	8	4			1		13
	CCJE/CFCH	Ampla	17	1	1		2		21
		Cotista	6	1			3		10
	CCMN/CT/CCS	Ampla	12						12
		Cotista	2	4					6
CCJE/CCS	Ampla	17		1		4		22	
	Cotista	11				1		12	
Total geral			4019	496	161	2	147	1	4826

Fonte: SIGA/UFRJ (2013).

Tabela 2 – Situação Geral em 2011/2º

Situação em 2011/2º		Vaga de Ingresso	Ativo		Evadido		Trancados		Total Geral
Concurso	Centro acadêmico		sem bolsa	com bolsa	sem bolsa	com bolsa	sem bolsa	com bolsa	
Seleção UFRJ	CCMN	Ampla	195	20	22		22		259
	CLA	Ampla	235	40	14	1	25		315
	CFCH	Ampla	189	46	9		20		264
	CCJE	Ampla	214	8	9		22		253
	CCS	Ampla	295	36	34		26	1	392
	CT	Ampla	271	4	14		14		303
	Campus de Macaé	Ampla	76	16	13	1	12		118
	Campus de Xerém	Ampla	18	5	3		2		28
	CCJE/CFCH	Ampla	20		3		1		24
	CCMN/CT/CCS	Ampla	9				2		11
CCJE/CCS	Ampla	16	2	2		3		23	
Seleção THE - UFRJ/ENEM	CLA	Ampla	116	22	5		5	1	149
		Cotista	24	32		1	3		60
	CFCH	Ampla	4				1		5
		Cotista	2	1					3
	CCS	Ampla	2	2			1		5
		Cotista		2			1		3
Seleção Unificada (SiSU)	CCMN	Ampla	173	9	35		38	1	256
		Cotista	51	42	10		15	4	122
	CLA	Ampla	101	13	9		34	1	158
		Cotista	14	38	3	4	16	2	77
	CFCH	Ampla	175	10	18	2	46		251
		Cotista	47	51	2		20	3	123
	CCJE	Ampla	182	4	15		37		238
		Cotista	88	25			11		124
	CCS	Ampla	236	17	52		46		351
		Cotista	81	61	19	1	17	1	180
	CT	Ampla	276	3	25		12		316
		Cotista	110	21	6	1	7		145
	Campus de Macaé	Ampla	62	4	20		16		102
		Cotista	16	13	8	1	9	2	49
	Campus de Xerém	Ampla	15	1	5		2		23
		Cotista	4	5	2		2		13
	CCJE/CFCH	Ampla	14	1	3		3		21
		Cotista	6	1	2		1		10
	CCMN/CT/CCS	Ampla	9				3		12
		Cotista	2	4					6
CCJE/CCS	Ampla	17		1		4		22	
	Cotista	8	2	1		1		12	
Total geral			3373	561	364	12	500	16	4826

Fonte: SIGA/UFRJ (2013).

Tabela 3 – Situação Geral em 2012/1º

Situação em 2012/1º		Vaga de Ingresso	Ativo		Evadido		Trancados		Total Geral
Concurso	Centro acadêmico		sem bolsa	com bolsa	sem bolsa	com bolsa	sem bolsa	com bolsa	
Seleção UFRJ	CCMN	Ampla	187	8	52		12		259
	CLA	Ampla	234	26	36		18	1	315
	CFCH	Ampla	195	17	25		27		264
	CCJE	Ampla	201	5	32		15		253
	CCS	Ampla	299	28	48		17		392
	CT	Ampla	260	3	26		14		303
	Campus de Macaé	Ampla	78	11	24		5		118
	Campus de Xerém	Ampla	17	3	6	1	1		28
	CCJE/CFCH	Ampla	19		4		1		24
	CCMN/CT/CCS	Ampla	9		2				11
CCJE/CCS	Ampla	17	1	4		1		23	
Seleção THE - UFRJ/ENEM	CLA	Ampla	118	8	11		11	1	149
		Cotista	37	17	3		3		60
	CFCH	Ampla	3				2		5
		Cotista	2	1					3
	CCS	Ampla	3	2					5
		Cotista	1	1			1		3
Seleção Unificada (SiSU)	CCMN	Ampla	146	11	70		29		256
		Cotista	57	20	35	1	9		122
	CLA	Ampla	92	9	37		19	1	158
		Cotista	28	10	34		5		77
	CFCH	Ampla	162	8	58		23		251
		Cotista	68	24	22		9		123
	CCJE	Ampla	168	4	50		16		238
		Cotista	95	8	8		13		124
	CCS	Ampla	215	19	82		34	1	351
		Cotista	110	23	35		12		180
	CT	Ampla	255	2	44		15		316
		Cotista	114	8	16		7		145
	Campus de Macaé	Ampla	56	2	36		8		102
		Cotista	19	1	23		6		49
	Campus de Xerém	Ampla	14	1	8				23
		Cotista	6	3	4				13
	CCJE/CFCH	Ampla	14		5		2		21
		Cotista	7		3				10
	CCMN/CT/CCS	Ampla	9		2		1		12
		Cotista	3	1	1			1	6
CCJE/CCS	Ampla	16		3		3		22	
	Cotista	10		2				12	
Total geral			3344	285	851	2	339	5	4826

Fonte: SIGA/UFRJ (2013).

Tabela 4 – Situação Geral em 2012/2º

Situação em 2012/2º		Vaga de Ingresso	Ativo		Evadido		Trancados		Total Geral
Concurso	Centro acadêmico		sem bolsa	com bolsa	sem bolsa	com bolsa	sem bolsa	com bolsa	
Seleção UFRJ	CCMN	Ampla	172	8	59		20		259
	CLA	Ampla	213	25	48		28		315
	CFCH	Ampla	174	17	37	1	36		264
	CCJE	Ampla	198	5	42		8		253
	CCS	Ampla	284	28	66		14		392
	CT	Ampla	254	3	36		10		303
	Campus de Macaé	Ampla	67	16	27		8		118
	Campus de Xerém	Ampla	14	2	7	1	3	1	28
	CCJE/CFCH	Ampla	18		4		2		24
	CCMN/CT/CCS	Ampla	8	1	2				11
CCJE/CCS	Ampla	14	1	4		4		23	
Seleção THE - UFRJ/ENEM	CLA	Ampla	112	8	17		12		149
		Cotista	34	17	4		4	1	60
	CFCH	Ampla	4				1		5
		Cotista	2	1					3
	CCS	Ampla	2	2			1		5
		Cotista	1	1			1		3
Seleção Unificada (SiSU)	CCMN	Ampla	124	11	91		30		256
		Cotista	46	18	42	2	11	3	122
	CLA	Ampla	76	8	48		26		158
		Cotista	18	12	38		9		77
	CFCH	Ampla	140	8	75		28		251
		Cotista	56	23	27		16	1	123
	CCJE	Ampla	152	4	61		21		238
		Cotista	87	9	19		9		124
	CCS	Ampla	193	19	104		35		351
		Cotista	101	23	44		12		180
	CT	Ampla	238	1	56		21		316
		Cotista	108	8	22	1	6		145
	Campus de Macaé	Ampla	50	3	44		5		102
		Cotista	15	3	27		4		49
	Campus de Xerém	Ampla	12	1	8		2		23
		Cotista	6	3	4				13
	CCJE/CFCH	Ampla	14		6		1		21
		Cotista	7		3				10
	CCMN/CT/CCS	Ampla	3		6		3		12
		Cotista	1	1	1	1	2		6
CCJE/CCS	Ampla	14		3		5		22	
	Cotista	9		2		1		12	
Total geral			3041	290	1084	6	399	6	4826

Fonte: SIGA/UFRJ (2013).